



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aperfeiçoamento das medidas de segurança social e dos serviços médicos para os residentes de Macau que vivem na Ilha de Hengqin

Após vários anos de construção e desenvolvimento, a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, enquanto nova plataforma para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, tornou-se gradualmente num novo lar onde muitos residentes de Macau vivem e trabalham. De facto, no início do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada, muitos residentes de Macau optaram por viver na Ilha de Hengqin por diversas razões económicas e de vida. Porém, alguns residentes de Macau afirmaram recentemente que, depois de terem adquirido habitação na Ilha de Hengqin em 2022 e começado a viver na ilha, se deslocavam diariamente de e para Macau devido ao trabalho. Entretanto, desde Julho de 2023, depois de perderem o emprego, não conseguiram encontrar um novo trabalho, por isso, o número de deslocações a Macau reduziu-se relativamente. Em face dessa situação, o Fundo de Segurança Social de Macau optou por não lhes conceder a verba da dotação do Governo do regime de previdência central não obrigatório por, alegadamente, não terem permanecido em Macau pelo menos 183 dias e terem passado a “residir na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin a partir de 2022”.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

De acordo com as informações divulgadas pelo Fundo de Segurança Social (FSS), “com a entrada em vigor das ‘Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin’, a partir de 1 de Março de 2023, com vista a proteger os residentes de Macau que tiveram originalmente residência habitual em Macau, para que os seus direitos e interesses no âmbito de segurança social não sejam afectados pela deslocalização para a Zona de Cooperação Aprofundada para ali desenvolverem actividades e viverem, aqueles que se tenham mudado para a Zona de Cooperação Aprofundada desde 1 de Março de 2023, por motivo de estudo, trabalho, criação de negócios ou para ali habitarem, podem requerer ao FSS a consideração do tempo na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin como tempo de permanência em Macau para efeitos de requerimento de inscrição no regime facultativo ou de inclusão na lista de atribuição de verba pelo Governo, no âmbito do regime de previdência central não obrigatório”. É de salientar que a medida visa proteger os residentes que vivem habitualmente em Macau, para que os seus direitos e interesses no regime de segurança social de dois níveis não sejam afectados pela sua mudança para a Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin. A fixação de um prazo para o início da “residência na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin a partir de Março de 2023” é injusta e irrazoável, bem como contraria a política nacional de promoção da integração entre Guangdong e Macau. É de salientar que o “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Hengqin” de 2021 já tinha definido o posicionamento dessa zona, determinando que é necessário “promover a articulação aprofundada da Zona de Cooperação com Macau ao nível dos serviços públicos e do sistema de segurança social de Macau, no sentido de proporcionar aos residentes de Macau condições mais convenientes para aprendizagem, emprego, empreendedorismo e habitação na Zona de Cooperação, criando um ambiente propício para viver e trabalhar em convergência com o de Macau”.

Por outro lado, as instalações médicas também são importantes para um ambiente agradável para viver e trabalhar. No passado, o Governo tinha planeado que a gestão do posto de saúde da Ilha de Hengqin seria atribuída a associações locais, e o financiamento do respectivo projecto foi inscrito no orçamento anual de 2024, mas, de repente, este ano, o posto passou a ser operado pelos Serviços de Saúde. Segundo os dados disponíveis, com vista à criação de instituições médicas na Zona de Cooperação Aprofundada, o Governo promulgou, em Setembro do corrente ano, o Regulamento Administrativo n.º 31/2024, que alterou o Decreto-Lei n.º 81/99/M, de 15 de Novembro, aditando as disposições correspondentes, como sejam os n.ºs 3 e 4 do artigo 23.º desse regulamento. Nos termos dessas novas disposições, os postos de saúde criados na Zona de Cooperação Aprofundada devem ser geridos por pessoas colectivas sem fins lucrativos ou outras organizações legalmente constituídas na Zona de Cooperação Aprofundada, e por representantes dos Serviços de Saúde, nomeadamente, o subdirector responsável pela área de cuidados de saúde comunitários e o chefe do Departamento de Cuidados de Saúde



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Comunitários. Porém, segundo os dados sobre competências de apreciação e autorização disponibilizados pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Sociais do Gabinete para os Assuntos de Hengqin, o representante legal do Posto de Saúde do Novo Bairro de Macau não é o subdirector nem o chefe do departamento acima referido.

Actualmente, vivem na Ilha de Hengqin mais de 16 mil residentes de Macau, e o Posto de Saúde do Novo Bairro de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada instalado em Hengqin, na actual primeira fase do seu funcionamento, presta serviços de medicina ocidental, tais como, cuidados primários de saúde para adultos, mulheres e crianças, e consultas externas não marcadas, e inclui o tratamento de doenças crónicas mais comuns (como a hipertensão) e de casos urgentes de doenças mais vulgares (como a constipação e a febre). De acordo com as informações disponíveis, o posto dispõe actualmente de apenas 2 médicos, 2 enfermeiros, 2 farmacêuticos e 1 oficial administrativo, não havendo sequer auxiliares de enfermagem nos postos de saúde em geral, verificando-se por isso falta de recursos humanos para dar resposta às necessidades normais. Quanto ao fornecimento de medicamentos, a Administração de Medicamentos da Província de Guangdong já autorizou o Governo de Macau a utilizar mais de 290 tipos de medicamentos nas instituições médicas designadas na Zona de Cooperação Aprofundada. No entanto, de acordo com as informações divulgadas pelos Serviços de Saúde, os medicamentos que podem ser prescritos pelos centros de saúde de Macau incluem os medicamentos convencionados e também os administrados nos centros, totalizando mais de 411



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

tipos, pelo que se constata ainda uma grande diferença entre aquele posto de saúde e os centros de saúde de Macau quanto a tipos de medicamentos e equipamentos básicos. Mais, o Posto de Saúde de Hengqin apenas presta serviços gerais de consulta externa e, em situações de emergência, os residentes deslocam-se frequentemente ao Posto de Saúde, e os casos urgentes que não podem ser tratados por esse posto são transferidos em primeiro lugar para o Hospital N.º1 afiliado à Faculdade de Medicina da Universidade de Guangzhou na Zona de Cooperação, sendo os pacientes responsáveis pelas respectivas despesas, e os procedimentos também são diferentes dos de Macau, o que constitui um inconveniente para os cidadãos e origina controvérsias durante o processo.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Relativamente à dotação do Governo para o regime de previdência central não obrigatório, nos termos do n.º 4 do artigo 39.º da Lei n.º 7/2017 (Regime de previdência central não obrigatório), “4. (...) por razões humanitárias ou outras devidamente fundamentadas, o Chefe do Executivo, ouvido o Conselho de Administração do FSS, pode justificar o período em que o titular da conta se encontre ausente da RAEM, sendo esse período contabilizado para efeitos da verificação do requisito de permanência mínima previsto na alínea 3) do n.º 1”. As autoridades lançaram medidas aplicáveis aos residentes de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, mas restringiram a possibilidade de poderem usufruir das mesmas regalias os residentes de Macau que, originalmente, residiram em Macau



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

por um longo prazo, mas se mudaram para Hengqin antes de 1 de Março de 2023. Estas condições não são justas nem razoáveis, e até contrariam a política nacional de promoção da integração entre Guangdong e Macau. Assim sendo, vai o Governo cancelar esse requisito do prazo de “antes de 1 de Março de 2023”, por forma a não excluir os residentes de Macau que já tinham começado a residir na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin antes daquela data? Vai garantir que todas as medidas a implementar no futuro deixem de estipular uma limitação de tempo para excluir os direitos e interesses do regime de segurança social de dois níveis? Serão lançadas medidas de adequação à estratégia de desenvolvimento do País, alargando-as a outras regiões, como a Grande Baía?

2. O Posto de Saúde de Hengqin foi inicialmente planeado para ser operado por entidades associativas, e o financiamento desse projecto foi incluído no orçamento anual de 2024. Então, porquê é que, de repente, passou a ser operado pelo Governo? Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 81/99/M, de 15 de Novembro, alterado pelo Regulamento Administrativo n.º 31/2024, os postos de saúde criados na Zona de Cooperação Aprofundada devem geridos por pessoas colectivas sem fins lucrativos ou outras organizações legalmente constituídas na Zona de Cooperação Aprofundada, e por representantes dos Serviços de Saúde, nomeadamente, o subdirector responsável pela área de cuidados de saúde comunitários e o chefe do Departamento de Cuidados de Saúde Comunitários. Mas, de acordo com os dados sobre competências de apreciação e autorização disponibilizados pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Sociais do Gabinete



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

para os Assuntos de Hengqin, o representante legal do Posto de Saúde do Novo Bairro de Macau não é o subdirector nem o chefe do departamento acima referido. Porquê?

3. Actualmente, há mais de 290 tipos de medicamentos autorizados a serem utilizados em instituições médicas designadas na Zona de Cooperação Aprofundada, mas os Centros de Saúde de Macau podem prescrever mais de 411 tipos de medicamentos. Além disso, não existem medicamentos convencionados em Hengqin e, depois de prescritos, têm de ser levantados em Macau. Assim sendo, como é que as autoridades vão resolver o problema da necessidade desses medicamentos no Posto de Saúde de Hengqin? Mais, o Posto de Saúde de Hengqin dispõe de apenas 2 médicos, 2 enfermeiros, 2 farmacêuticos e 1 oficial administrativo, e nem sequer dispõe de auxiliares de enfermagem. O número de trabalhadores é insuficiente para fazer face às necessidades diárias do referido posto, que também se depara com as restrições alfandegárias impostas à entrada de bens materiais e de materiais médicos de uso regular, nomeadamente, os produtos para os serviços de análise sanguínea de que muitos doentes necessitam, mas que não estão disponíveis devido às referidas restrições fronteiriças. De que medidas dispõem as autoridades, no sentido de reforçar os recursos humanos nesse posto de saúde e de racionalizar os procedimentos administrativos para a aquisição de bens materiais e a passagem alfandegária dos produtos médicos? Em caso de necessidade de aquisição de materiais no local, quais são os procedimentos administrativos? Actualmente, em caso de emergência, os residentes têm de ser transferidos para o Hospital de Hengqin,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

e as respectivas despesas têm de ser assumidas pelos doentes. Neste momento, existe algum mecanismo de cooperação entre as instituições médicas de Macau e de Hengqin? Há dias, o Governo afirmou que estava a negociar com Zhuhai e Hengqin sobre o projecto de serviços de transporte directo transfronteiriço de ambulâncias. Existe alguma calendarização para a sua implementação?

27 de Dezembro de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou